

Cláusula de privacidade sistema de gestão de denúncias e consultas

De acordo com a legislação de proteção de dados, informamos que o responsável pelo tratamento dos seus Dados Pessoais é a Polyedra Fine Papers Distribution Portugal Unipessoal Lda., com CIF: PT 500 242 640 com sede na Rua Mario Sampaio Ribeiro nº 1 – 1600-504 Lisboa . A finalidade do tratamento é receber denúncias ou consultas; decidir se deve ou não dar início a um inquérito sobre os factos alegados; proteger o informante de represálias e adotar, caso seja necessário, medidas corretivas oportunas; e/ou instaurar uma ação judicial contra os denunciados e/ou terceiros; bem como para comprovar o bom funcionamento do Modelo de prevenção e controlo; e defender os interesses da Empresa. Pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, eliminação, oposição, limitação ou portabilidade através de e-mail para privacy.polyedra@polyedra.com incluindo a referência “Proteção de Dados”. Pode encontrar mais informação sobre o tratamento dos seus Dados Pessoais no **seguinte link**.

Política de proteção de dados do Sistema de gestão de denúncias e consultas

Ao abrigo do disposto no Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de Dados Pessoais (RGPD); e nas seguintes leis espanholas: Lei Orgânica 3/2018, de 5 de Dezembro, de Proteção de Dados Pessoais e garantia dos direitos digitais (LOPDGDD); e na Lei 2/2023, de 20 de fevereiro, Reguladora da Proteção dos informantes sobre Infrações Legislativas e de Luta contra a Corrupção (Lei de Proteção do Informante), bem como com o disposto no resto da legislação aplicável em matéria de proteção de dados, explicamos a seguir como tratamos os Dados Pessoais que são fornecidos através do Sistema de Gestão de Denúncias e Consultas.

O Sistema de Gestão de Denúncias e Consultas conta com as medidas necessárias para garantir e assegurar a confidencialidade da identidade e proteção do informante e de qualquer terceiro mencionado na comunicação, impedindo o acesso à informação a pessoas não autorizadas.

1. Responsável pelo tratamento

Os seus Dados Pessoais serão tratados pela Polyedra Fine Papers Distribution Portugal Unipessoal Lda., com CIF: PT 500 242 640 com sede na Rua Mario Sampaio Ribeiro nº 1 – 1600-504 Lisboa .

Se a informação proporcionada estiver relacionada com alguma das empresas que fazem parte da Polyedra, poderemos comunicar os seus dados à referida entidade a fim de realizar as oportunas operações relativamente à denúncia ou consulta.

Conheça as entidades que fazem parte da Polyedra **aquí**.

2. FINALIDADES

Consoante os tratamentos que forem realizados, os dados de carácter pessoal poderão ser tratados com as seguintes finalidades:

Cláusula de privacidade sistema de gestão de denúncias e consultas

Finalidade	Descrição da finalidade e base da legitimação
Resolver consultas	Trataremos os dados para responder às consultas que forem colocadas relativamente ao funcionamento e gestão do Sistema de Gestão de Denúncias e Consultas e/ou ao Modelo de prevenção e controlo. Base da legitimação: Interesse legítimo
Receção e processamento de denúncias e consultas	Trataremos os dados para receber denúncias e consultas, decidir sobre a conveniência de iniciar ou não uma investigação das denúncias recebidas, e também, com a finalidade de realizar a investigação correspondente dos factos denunciados ou consultados, proteger o informante de represálias, adotar, se for caso disso, medidas corretivas oportunas e, se necessário, iniciar ações legais contra os denunciados e/ou terceiros. Caso a comunicação da denúncia seja realizada oralmente, informamos de que estamos obrigados a documentar a denúncia de alguma das seguintes formas, das quais poderá escolher entre: a) através de uma gravação da conversa num formato seguro, duradouro e acessível, ou b) através de uma transcrição completa e exata da conversa realizada pelo pessoal responsável do seu tratamento. No caso da transcrição da conversa, terá a oportunidade de verificar, retificar e aceitar, mediante assinatura, o texto transcrito. Base da legitimação: obrigação legal (sujeitos do sector privado obrigados) / interesse público (sujeitos do sector privado não obrigados)
Provar o bom funcionamento do Sistema de Gestão de Denúncias e Consultas e do Modelo de prevenção e controlo, e conservar provas para a defesa da Polyedra	Podemos conservar os seus dados para comprovar o bom funcionamento do nosso Sistema de Gestão de Denúncias e Consultas, do nosso Modelo de prevenção e controlo e/ou conservar provas para a defesa da Empresa. Base da legitimação: interesse legítimo e obrigação legal

3. Tipo de dados pessoais que podem ser tratados

Quer nos forneça os seus Dados Pessoais diretamente, quer nos sejam facilitados por um terceiro, trataremos os seguintes Dados Pessoais:

<i>Tipo de interessados</i>	<i>Categorias de dados</i>
Consultante	Dados identificativos, dados de contacto, dados laborais, dados económicos e outros dados associados à consulta, provas.
Informante identificado	Dados identificativos, dados de contacto, detalhes dos factos que se consideram relevantes, provas e voz.
Informante anónimo (O informante pode facilitar os seguintes dados ou nenhum deles)	Pseudónimo, dados de contacto, provas, voz.
Denunciado	Dados identificativos, dados associados à conduta denunciada, provas.
Testemunha	Dados identificativos, dados de contacto, dados associados à conduta denunciada, provas.
Terceiros	Dados identificativos, dados de contacto, dados associados à conduta denunciada, provas.

Enquanto analisamos a comunicação remetida por si, existe a possibilidade de que lhe solicitemos esclarecimentos sobre a informação comunicada ou que nos proporcione informação adicional.

4. Base da legitimação

Realizaremos o tratamento dos seus dados ao abrigo de alguma(s) das seguintes bases de legitimação:

Base de legitimação	Descrição
<i>Execução de um contrato</i>	Trataremos os seus dados se for necessário para a execução de um contrato, a fim de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato.
<i>Obrigação legal</i>	Também podemos tratar os seus Dados Pessoais ao abrigo de uma disposição legal imperativa.
<i>Interesse público</i>	É possível, ainda, que tenhamos de realizar um tratamento dos seus dados para o cumprimento de uma tarefa realizada no interesse público ou no exercício de poderes públicos que nos tenham sido conferidos.
<i>Interesse legítimo</i>	É possível que tratemos os seus dados quando seja necessário para a satisfação de interesses legítimos prevalentes que exerçamos na qualidade de Responsáveis pelo tratamento. Caso deseje mais informação relativamente à avaliação do interesse legítimo realizada em cada caso, entre em contacto com privacy.polyedra@polyedra.com

5. Comunicação de dados

Com carácter geral, os seus Dados Pessoais serão confidenciais e não serão comunicados nem às pessoas às quais se referem os factos relatados, nem a terceiros.

No entanto, os seus Dados Pessoais poderão ser comunicados aos fornecedores de serviços externos que tivermos contratado para a receção da informação do canal e, se for o caso disso, para a gestão e realização das pesquisas que resultem necessárias, que tratarão os dados na sua qualidade de Subcontratantes e, de modo algum, processarão os dados para fins próprios.

Do mesmo modo, poderão ser comunicados às Forças e Corpos de Segurança, Juízes ou Tribunais, bem como a qualquer outro organismo competente, caso sejam requeridos em cumprimento da legislação em vigor.

Quando existam indícios de que os factos denunciados possam ser constitutivos de infrações, existe a obrigação de notificar de imediato os factos ao Ministério Público. Se os factos denunciados afetarem os interesses financeiros da União Europeia, neste caso devem ser remetidos para a Procuradoria Europeia.

6. Transferências internacionais de dados

É possível que os seus Dados Pessoais sejam tratados fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

Neste caso, a Polyedra deverá verificar que o referido tratamento de dados seja protegido sempre com as correspondentes garantias, que poderão incluir:

- Cláusulas-tipo aprovadas pela UE: trata-se de contratos aprovados pelo regulador Europeu, e que prevêm garantias suficientes para assegurar que o tratamento cumpre os requisitos estabelecidos pelo Regulamento Europeu de Proteção de Dados.
- Certificações de terceiros: acordo-quadro entre a UE e um estado terceiro que estabelece um quadro padronizado para o tratamento de dados ao abrigo dos requisitos do Regulamento Europeu de Proteção de Dados.

7. Duração do tratamento

- **Consultas**

No caso das consultas, os Dados Pessoais serão conservados durante o tempo imprescindível para resolver a dúvida ou questão colocada e facilitar a resposta ao interessado. Uma vez concluído o prazo de conservação correspondente, os dados poderão ser devidamente bloqueados e conservados a fim de provar o cumprimento do Modelo de prevenção e controlo da Polyedra e, se for o caso, para cumprir as

obrigações legais. Uma vez ultrapassado o referido prazo, os dados serão eliminados definitivamente.

- **Denúncias**

Os Dados Pessoais serão conservados no canal de denúncias do Sistema de Gestão de Denúncias apenas durante o tempo imprescindível para decidir sobre a conveniência de iniciar uma investigação sobre os factos denunciados e, em qualquer caso, num prazo máximo de três (3) meses contado a partir da data de envio do aviso de receção ou, no caso de não termos confirmado a receção, num prazo máximo de três (3) meses a contar dos sete dias seguintes ao dia do envio da denúncia.

Se decorridos os três (3) meses a partir da receção da denúncia não for instaurado um processo de investigação, os dados do Sistema de Gestão de Denúncias serão eliminados, salvo que se conservem como prova do bom funcionamento do sistema, em cujo caso serão tornados anónimos, sem que seja aplicável a obrigação de bloqueio prevista na LOPDGDD.

No caso das queixas admitidas, serão conservadas dentro do Sistema de Gestão de Denúncias durante o período do inquérito e, com carácter geral, até um prazo máximo de dez (10) anos. No entanto, poderemos alargar o referido prazo máximo de conservação nos seguintes casos:

1. Para provar o efetivo funcionamento do nosso Modelo de prevenção e controlo, de acordo com o estabelecido no artigo 31 bis do Código Penal Espanhol, tendo em conta a prescrição dos delitos ao abrigo do estabelecido no mesmo Código Penal.
2. Quando o facto denunciado constitua um crime ou infração administrativa, durante o prazo de prescrição dos delitos estabelecido no Código Penal Espanhol e, no caso das sanções administrativas, segundo o prazo estabelecido nas leis aplicáveis a cada caso.

Após o termo do período de conservação, serão destruídos de forma permanente.

Informamos também que, em certos casos, apagaremos imediatamente os dados pessoais, sem sermos obrigados a bloqueá-los:

- Caso se consiga provar que a informação facilitada ou parte dela não é verdadeira, salvo que a falta de veracidade constitua uma infração penal, em cujo caso serão guardados os dados por tempo necessário durante a pendência do procedimento judicial.
- Caso os Dados Pessoais comunicados não sejam necessários para o conhecimento e investigação das ações ou omissões do âmbito do presente canal de denúncias, incluídas as categorias especiais de dados. Neste último caso, proceder-se-á à sua imediata eliminação, sem realizar o registo e tratamento de tais dados.

8. Exercício de direitos

O titular dos Dados Pessoais poderá, em qualquer momento, exercer os seus direitos de proteção de dados (incluído retirar o consentimento outorgado) de acesso, retificação, eliminação, oposição, portabilidade e limitação de forma gratuita através da comunicação dirigida para privacy.polyedra@polyedra.com incluindo a referência “Proteção de Dados”.

Se tivermos dúvidas quanto à sua identidade, ou seja, se é o próprio utilizador que está a exercer o direito de proteção de dados correspondente, podemos pedir-lhe uma cópia do seu Cartão de Cidadão ou documento equivalente que comprove a sua identidade e, assim que tivermos verificado a sua identidade, executaremos o seu pedido para exercer os seus direitos.

No entanto, se a pessoa investigada exercer o direito de oposição ao tratamento dos seus Dados Pessoais presumir-se-á que, salvo prova em contrário, que existem razões legítimas imperiosas que justifiquem a continuação com o referido tratamento dos seus Dados Pessoais.

Caso tenha alguma pergunta ou queixa sobre o tratamento dos seus Dados Pessoais, poderá entrar em contacto através do mesmo e-mail antes indicado: privacy.polyedra@polyedra.com.

Por último, pode apresentar uma reclamação junto da Agência Espanhola de Proteção de Dados (<https://www.aepd.es>) se considerar que não tratámos devidamente os seus direitos.

9. Informação adicional

Para mais informações sobre como exercer os seus direitos de proteção de dados, consulte a nossa política de privacidade na internet, que pode ser encontrada **aqui**.